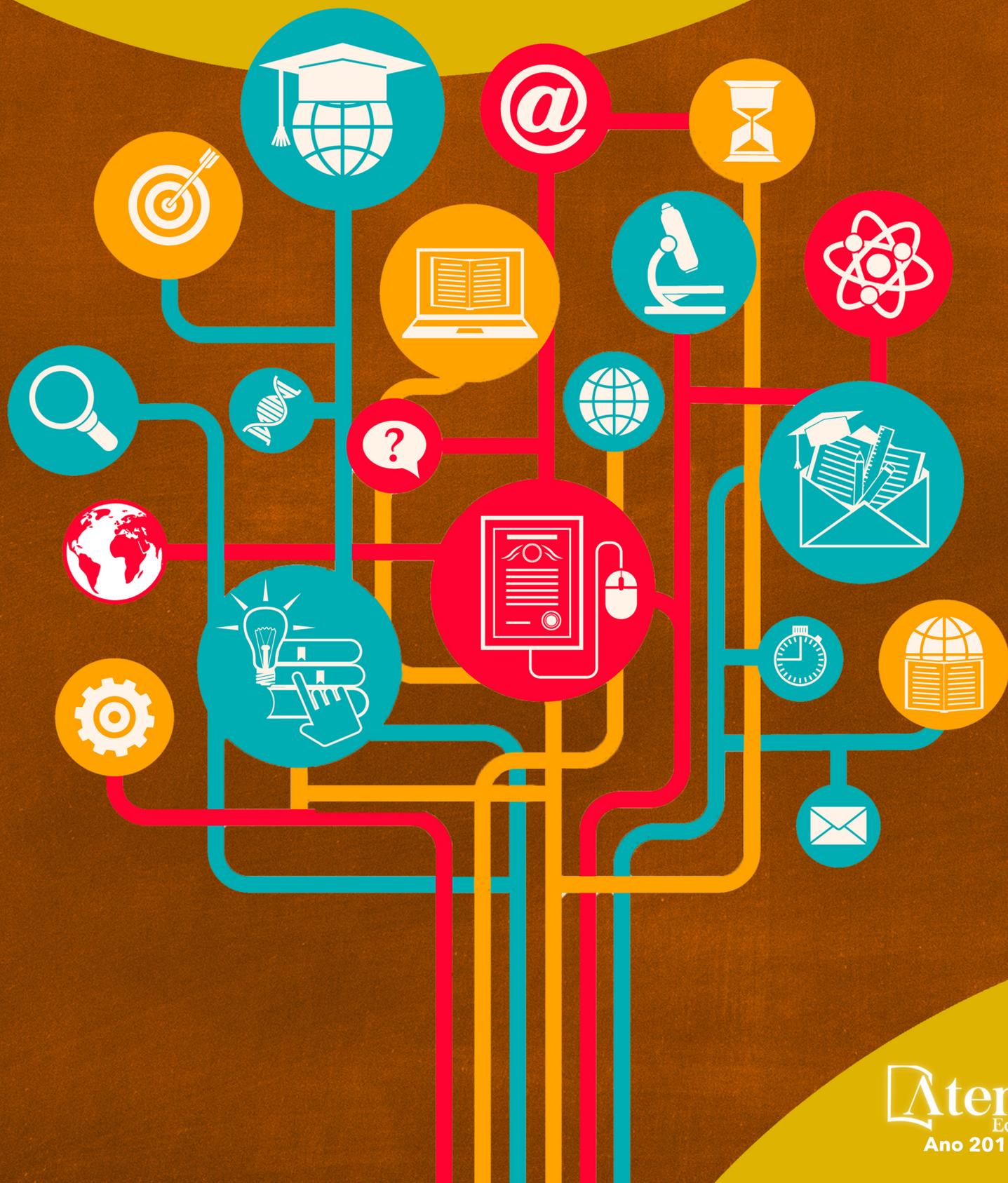


Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	A educação no Brasil e no mundo [recurso eletrônico] : avanços, limites e contradições / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Educação no Brasil e no Mundo. Avanços, Limites e Contradições; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-479-5 DOI 10.22533/at.ed.795191107 1. Educação. 2. Sociedade. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II.Série. CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “A educação no Brasil e no mundo Avanços, Limites e Contradições” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

De acordo com Feldmann e D’Água (2009, p. 196), “mudar o tempo e o espaço da escola é inserir-se numa perspectiva de mudança das estruturas sociais, tendo como horizonte de possibilidades a transformação de uma sociedade injusta e excludente, em uma sociedade mais igualitária e incluyente”. Mudar nesse sentido, talvez signifique reconhecer que nos espaços escolares é a diferença que faz os seres humanos iguais, ou que pela equidade temos o direito de ser diferentes.

Assim, na atualidade, a escola enquanto instituição social responsável pela aquisição do saber, principalmente, o sistematizado, deve repensar suas práticas, na tentativa de embasar-se numa perspectiva científica para desenvolver uma gama de projetos, mesmo com as dificuldades de materiais e dos profissionais.

As responsabilidades da escola vão além de simples transmissora de conhecimento científico. Sua função é muito mais ampla e profunda. Tem como tarefa árdua, educar a criança para que ela tenha uma vida plena e realizada, além de formar o profissional, contribuindo assim para melhoria da sociedade em questão. Como afirma Torres (2008, p. 29): uma das funções sociais da escola é preparar o cidadão para o exercício da cidadania vivendo como profissional e cidadão. O que quer dizer que, a escola tem como função social democratizar conhecimentos e formar cidadãos participativos e atuantes.

O Estado deve garantir o acesso à educação a todas as pessoas, sem discriminação, respeitar e valorizar a docência, assegurar formação continuada e condições de trabalho satisfatórias. E mais: as liberdades de expressão de ensinar e de aprender, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas que devem se conjugar com as necessidades específicas dos diferentes públicos da educação, contempladas segundo a perspectiva inclusiva e laica, permitindo que a escola se adeque às necessidades e corresponda às realidades de seus estudantes. A qualidade da educação envolve cada um desses critérios e, implica um empenho à favor da promoção da equidade e da diversidade, bem como, o enfrentamento a toda forma de preconceito e discriminação.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A MATERIALIZAÇÃO DA EaD NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)	
Maria Aparecida Rodrigues da Fonseca Tatiane Custódio da Silva Batista	
DOI 10.22533/at.ed.7951911071	
CAPÍTULO 2	12
A INTERMITÊNCIA (E GOLPES) DA (NA) DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR BÁSICA COMO SINTOMA DE PROPOSTA DA NOVA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA	
Alexandre de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.7951911072	
CAPÍTULO 3	23
A PEDAGOGIA SIQUEIRANA E O ENSINO DE QUÍMICA: O USO DA REDE SOCIAL PARA A DIVULGAÇÃO DA QUÍMICA ALÉM DO VESTIBULAR	
Lucas Peres Guimarães Rosane Maria Pinheiro da Silva Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.7951911073	
CAPÍTULO 4	33
A RELAÇÃO ENTRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL(PDI) DO ESTUDANTE E A INCLUSÃO ESCOLAR	
Luhany Ericleide Ponciano Maria Célia Borges	
DOI 10.22533/at.ed.7951911074	
CAPÍTULO 5	42
A TEORIA DA APRENDIZAGEM DE PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO DE ROBERT GAGNÉ: EXPOSIÇÃO E CRÍTICA	
Djalma Gonçalves Pereira Sandra Maria do Nascimento Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.7951911075	
CAPÍTULO 6	53
ANÍSIO TEIXEIRA COMO PENSADOR SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A TEMÁTICA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: BREVES CONSIDERAÇÕES	
Rachel Aguiar Estevam do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.7951911076	
CAPÍTULO 7	61
AS NARRATIVAS DOS <i>SABERESFAZERES</i> DE PROFESSORAS DE ESCOLAS DO CAMPO COMO ESTRATÉGIAS NA/PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA	
Elizete Oliveira de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7951911077	
CAPÍTULO 8	75
AS VOZES DOS INTELLECTUAIS NA FORMAÇÃO DO DISCURSO DA MODERNIDADE EDUCACIONAL EM SANTOS (1890-1920)	
Luiz Henrique Portela Faria	
DOI 10.22533/at.ed.7951911078	

CAPÍTULO 9 85

CEMEFEJA PAULO FREIRE: UMA PROPOSTA SINGULAR DE ATENDIMENTO DE JOVENS E ADULTOS EM PERÍODO INTEGRAL

Luciana Squarizi Andrade de Lima
Mariana de Paula Motta
Ruth Gouveia Dias
Elaine Juliano Pereira
Georgina Vicente
Francisco Jaime Souza
Emídio Claro Neto
Isabel Aparecida Silva
Viviane Gomes Magdal
Maria Olmos Distler
Rosana Alves Santana

DOI 10.22533/at.ed.7951911079

CAPÍTULO 10 95

COLABORAÇÃO E CRIATIVIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Adriana Clementino Mosca
Cláudia Cristina Moreira de Souza
Silvia Cristina Hito

DOI 10.22533/at.ed.79519110710

CAPÍTULO 11 104

COLEÇÃO NOVO GIRASSOL SABERES E FAZERES DO CAMPO: COMO UM ENSINO MARCADO PELO RESPEITO À DIVERSIDADE?

José Bruno Alves da Cruz
Camila Mota de Fontes
Erinalva Barbosa Franco
Nilvania dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.79519110711

CAPÍTULO 12 116

COMO MELHORAR O DESEMPENHO ESCOLAR COM DIFERENTES ESTRATÉGIAS: PIBID E CHARTER SCHOOLS?

Fernanda Scaciota Simões da Silva

DOI 10.22533/at.ed.79519110712

CAPÍTULO 13 127

DIVERSIDADE CULTURAL E CURRÍCULO: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS CULTURAIS NA ESCOLA

Miriã Santana Veiga
Ezenice Costa de Freitas Bezerra
Jussara Santos Pimenta

DOI 10.22533/at.ed.79519110713

CAPÍTULO 14 136

DOCÊNCIA VIRTUAL: EMANCIPAR PARA TRANSFORMAR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Magalis Bésse Dorneles Schneider

DOI 10.22533/at.ed.79519110714

CAPÍTULO 15	147
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA COM A INSERÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UMA PROPOSTA DE RECONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Simone de Paula Rodrigues Moura Maria Aparecida Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.79519110715	
CAPÍTULO 16	158
ESCOLA FORA DA CAIXA: UMA OUTRA ORGANIZAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO COTIDIANO E PRÁTICAS EDUCATIVAS	
Mariana de Paula Motta Emídio Claro Neto Elaine Juliano Pereira Eliana Camargo Horto Francisco Jaime Alves de Souza Georgina Florêncio Vicente Isabel Aparecida da Silva Luciana Squarizi Andrade de Lima Maria Aparecida Olmos Distler Rosana Alves Santana Ruth Gouveia Dias Viviane Gomes Magdal	
DOI 10.22533/at.ed.79519110716	
CAPÍTULO 17	169
FORMAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE NA DIMENSÃO FREIREANA: PERSPECTIVAS PARA REINVENTAR A VIDA	
Evely Najjar Capdeville Adriana de Castro Amédée Péret	
DOI 10.22533/at.ed.79519110717	
CAPÍTULO 18	176
GESTÃO DEMOCRÁTICA E TECNOLOGIAS - EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO FORMATIVO	
Carmenisia Jacobina Aires	
DOI 10.22533/at.ed.79519110718	
CAPÍTULO 19	192
HISTÓRICO DOS DIREITOS EDUCACIONAIS NAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS BRASILEIRAS	
Evania Martins Guerra Daniel Santos Braga	
DOI 10.22533/at.ed.79519110719	
CAPÍTULO 20	203
ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA E FÉ CATÓLICA: IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL DO BRASIL NO SÉCULO XIX	
Francilda Alcantara Mendes Almir Leal Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.79519110720	
SOBRE A ORGANIZADORA	210

A RELAÇÃO ENTRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL(PDI) DO ESTUDANTE E A INCLUSÃO ESCOLAR

Luhany Erclidean Ponciano

luhany_any@hotmail.com

Maria Célia Borges

mariacelia@ufu.br

RESUMO: A qualidade de ensino tem a ver com o modo como tratamos os potenciais e as dificuldades dos educandos, ou seja, se consideramos mais a deficiência, a debilidade e o problema, ou se valorizarmos os potenciais, as possibilidades e o empenho para intervir no desenvolvimento do aprendizado de cada estudante. O objetivo é discutir a importância do diagnóstico e da intervenção dos problemas de aprendizagem, por meio do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e a relação deste com a inclusão escolar. Utilizamos a pesquisa bibliográfica, a observação e a discussão num grupo do Pibid Gestão, na Escola Pública. Concluímos que após a sondagem sobre o nível de desenvolvimento dos estudantes e a observação das suas dificuldades, criamos metodologias, planejamentos e estratégias para que todos/as estudantes avancem e se desenvolvam sem rótulos. Entendemos que não podemos separar grupos determinados ao fracasso ou ao sucesso. Assim, a tarefa de intervir para melhorar o aprendizado pode obter mais sucesso por intermédio do PDI. Uma escola que dá oportunidade de atender

a todos/as os/as estudantes dentro de suas necessidades prioriza o avanço no processo ensino-aprendizagem da turma toda e busca ser muito mais incluyente, focando na democratização do saber.

PALAVRA-CHAVE: Plano de Desenvolvimento Individual. Ensino-aprendizagem. Inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

O Plano de desenvolvimento individual do/da estudante é uma proposta avaliativa enviada às escolas pela Secretaria de Educação Estadual de Minas Gerais, subsecretaria de desenvolvimento da educação, superintendência de educação e diretoria da educação especial, como processo obrigatório e que deve ser realizado durante o ano letivo, em cada semestre pois, desse modo, é possível que se tenha sucesso no desenvolvimento do/da estudante. cremos que se o instrumento fosse usado com todos/as os/as estudantes, independentemente de estarem no grupo do público alvo da educação especial, seria possível alcançar mais inclusão escolar como também a qualidade de aprendizagem.

Inclusão não é a mesma coisa quer integrar, pois para o alcance desse ideário exige-se o entendimento das diferenças e

debilidades dos/das estudantes sem discriminar, apontar ou excluir; tem a ver com uma mudança da visão da sociedade e da educação. Desse modo, poderíamos contribuir com o desenvolvimento de todos/as os/as estudantes com deficiência, bem como aqueles/as que apresentam dificuldades de aprender, e todos/as os/as demais, para que obtivessem sucesso no desenvolvimento geral.

Pensando nesse tipo de inclusão é possível ver o PDI como um instrumento muito eficaz para conduzir a elaboração de um cronograma para trabalhar as potencialidades e as dificuldades dos/das estudantes, além de criar uma estratégia para melhorar o aprendizado, nesse caso, deve ser usado para todos/as os/as estudantes, sem exceções.

Como metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica, a discussão do tema em um grupo do Pibid Gestão, na Escola Pública, e também consulta e análise de documentos fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação.

A seguir, apresentamos a discussão sobre o como se dá o processo e qual o significado do PDI.

O PDI – PROCESSO E FINALIDADES

Ao se referir ao PDI é comum que haja o equívoco em tratá-lo de modo congruente com a avaliação, pois ocupa papel muito importante nessa proposta de um plano de desenvolvimento individual do/da estudante, no entanto, esse instrumento não se resume apenas à avaliação. O que se espera é que haja um percurso avaliativo de forma processual e descritiva, buscando um instrumento importante para a compreensão do processo de aprendizagem dos/das estudantes e para o planejamento da intervenção pedagógica em seus múltiplos aspectos.

A proposta que auxilia os professores e especialistas traz a especificidade de cada passo da elaboração do documento e como deve ser preenchido (MINAS GERAIS. Documento da Secretaria do Estado), desde a identificação da escola e do/da aprendiz, até a descrição dos potenciais e dificuldades do/da estudante, seguidas do plano pedagógico para amenizá-las ou superá-las. Destarte, a observação e a avaliação representam passos importantes, pois é a partir dessas experiências que o professor vivencia com o/a estudante, é que ele poderá entender quais são suas necessidades específicas, aquelas decorrentes da sua deficiência ou apenas dificuldade e, desse modo, terá subsídios para traçar um plano de intervenção individual, para o avanço do aprendizado daquele estudante.

No caso de estudantes com cegueira, surdez, transtornos, deficiência física ou intelectual, altas habilidades ou superdotação, é possível fazer que eles aprendam com uma metodologia que atenda às suas reais necessidades. No entanto não será considerada apenas a dificuldade ou a deficiência, mas o foco deve ser para

as habilidades e os potenciais que o/a estudante apresenta, possibilitando o seu desenvolvimento.

Por conseguinte, o professor fará uma avaliação diagnóstica para evitar um olhar eivado de pré-conceitos em relação ao estudante. Além disso, é importante é conhecer o educando também em sua vida e experiências fora da escola, para isso ele deve usar a *Anamnese*, que é uma entrevista com os pais do/da estudante, para identificar as barreiras que estão impedindo ou que podem vir a impedir a aprendizagem e o desenvolvimento global do/da aprendiz, bem como a definição do que é necessário fazer para responder às suas necessidades.

Na proposta de PDI, as orientações apresentam algumas perguntas que conduzirão a conversa com a família, as quais são importantes para saber como foi a gravidez, se houve complicações, se a criança foi diagnosticada com alguma deficiência, se houve acompanhamento, como é a relação com a família, parentes e amigos, como é a comunicação, quais as experiências escolares, qual o apoio dado pela família, dentre outras.

Depois de ter feito a entrevista, é necessário que o professor utilize alguns instrumentos, tais como jogos, brincadeiras, atividades de avaliações oral e escrita, podendo utilizar outros recursos e materiais, para explicitar melhor quais são os potenciais e dificuldades do/da estudante. Nesse prisma, o professor, - com auxílio de equipe multidisciplinar como o psicopedagogo, o psicólogo ou o neurologista, dentre outros - avalia as habilidades e as limitações acadêmicas do/da estudante em todas as áreas, cognitiva e metacognitiva, motora e psicomotora, interpessoais e comunicacionais, etc.

Na avaliação cognitiva, o professor observará o conjunto de habilidades mentais necessárias para a obtenção do conhecimento sobre o mundo, esses são processos inerentes ao ser humano de absorver conhecimento e de converter o que é captado para o seu modo de ser interno, possibilitando a interação com os semelhantes e com o meio em que vive.

Dentre os aspectos cognitivos a serem avaliados temos a memória, a percepção, a atenção, o raciocínio lógico, a linguagem, o pensamento e as funções executivas; todas as funções interagem entre si, pois o ser humano é caracterizado pela sua totalidade, portanto é necessária bastante atenção do professor de como o/a estudante age e como se sobressai nas atividades avaliadas.

O professor deve saber qual o tipo de raciocínio o/a aprendiz usa para, a partir daí possibilitar-lhe o desenvolvimento de outros tipos de raciocínio. Ademais, deve observar pensa do geral ao particular, do particular ao geral, ou se ele consegue relacionar toda a lógica, se faz classificação e inclusão de classe, seriação, etc., portanto como pensa e como usa o raciocínio.

Ainda com relação ao pensamento, é importante observar se o/a aprendiz consegue ter criatividade, criticidade, se consegue analisar, sintetizar, questionar e sistematizar, além disso, é importante observar as funções executivas, através disso,

poderá saber se o /a estudante consegue se sobressair diante de algum problema a ser enfrentado.

Quanto à Metacognição, relaciona-se se a pessoa tem noção de seus processos de pensar e resolver problemas, além disso a utilização desses conhecimentos para controlar seus processos mentais.

Durante o processo de avaliação da metacognição é importante conversar com o /a estudante sobre como ele realizou a atividade, quais foram as suas dificuldades ao realizá-la, o que ele precisava saber para realizá-la, o que ele não sabia, o que era preciso saber e como ele resolveu esse problema, o que ele sentiu ao se deparar com as dificuldades e ao terminar a atividade, como ele avalia seu desempenho.

Com relação à linguagem, para desenvolvimento desse processo deve-se utilizar variadas situações que favoreçam a comunicação do/da estudante, tais como dramatizações de atividades da vida diária ou de situações de fantasia, jogos e brincadeiras diversas e contação de histórias, dentre outras. Assim observar se o padrão articulatório apresentado pela criança não corresponde à sua idade cronológica, se a fala apresenta pequenas trocas, se causam incômodo ou se há alteração do padrão articulatório por problemas orgânicos.

Por causa disso, deve-se observar se o/a estudante usa corretamente as palavras, de acordo com sua necessidade, se consegue manter um diálogo, se consegue se colocar no ponto de vista do outro, ou estabelecer trocas de ideias, se tem facilidade de listar palavra, situações, fatos e histórias, se tem visão geral ou superfocada das coisas e objetos, se tem dificuldade na fluência da fala, se apresenta gagueira.

O processo de desenvolvimento motor inicia-se no nascimento e termina apenas quando a pessoa morre. Ao longo da vida é possível realizar algumas atividades motoras a partir da idade e de como foi estimulado, dependendo desses aspectos, o professor deve observar quais atividades motoras o/a estudante realiza e quais ainda não tem capacidade de realizar. Desse modo, o professor deve observar se o/a estudante consegue flexionar, equilibrar-se, estender-se, girar, levantar, torcer, virar-se, arrastar-se, engatinhar, andar, correr, saltar em dois ou um só pé, saltitar, galopar, deslizar, escalar, rolar, desviar, rastejar, súber, descer, arremessar, apanhar, chutar, derrubar, prender, rebater, costurar, enfiar, encaixar, empilhar, recostar, colorir, escrever, fazer movimento de pinça para pegar pequenos objetos, fazer tecelagem, abotoar, digitalizar, recortar e apagar.

Além disso, cada estudante pode ter a sua necessidade de adequação postural e de mobilidade atendida, isso se o professor souber identificar os problemas existentes. A postura correta e precoce pode possibilitar suporte corporal, prevenir deformidades, favorecer a integridade da pele, melhorar as funções fisiológicas, aperfeiçoar desempenho funcional, ampliar a liberdade de movimento, possibilitar o melhor uso das mãos, melhorar o campo visual, a coordenação visomotora, a atenção, a concentração e as condições para o aprendizado, economizar energia, entre outros.

Outro ponto importante é aceitação do seu corpo, portanto é necessário identificar

por meio de uma avaliação diagnóstica, como os pais lidam com a aparência corporal de seus filhos e qual a imagem que o/a estudante tem de si, descrição pela criança de seu corpo, estando com os olhos fechados, se ele consegue discriminar e nomear partes do seu corpo em si e no outro, movimentar partes do corpo nomeadas pelo avaliador e desenho de uma figura humana.

Os aspectos pessoais/ interpessoais/ afetivos também são importantes. Nesse caso, o professor irá analisar como é o/a estudante, qual a sua autoimagem e autoestima, se ele é tímido demais, se gosta de se isolar, se olha nos olhos de seus interlocutores, se aceita a proximidade de outros e como é o seu humor, além disso, o comportamento diante dos colegas, pais, professores, como se comporta em sala de aula, como se comporta diante de críticas, quando é contrariado, ou diante do “não”, como se relaciona com as regras e convenções socialmente estabelecidas, se consegue se colocar diante do outro e entender seus sentimentos, se respeita o outro, se é colaborativo, se é capaz de controlar suas emoções, como resolve conflitos de convivência com seus pares, professores e demais pessoas de seu convívio diário, se permanece em sala de aulas, dentre outros.

Além desses aspectos sociáveis, é necessário que o professor também esteja atento à motivação dos/as estudantes, portanto, avaliar a sua capacidade de continuar com os esforços mesmo frente aos mais desanimadores desafios e obstáculos, durante a realização de atividades, a capacidade de autonomia, em fazer as coisas com independência. A comunicação é o modo como o/a estudante vai transmitir ou receber informações consigo, com o outro, ou com o meio. Nesse caso o professor deve avaliar a comunicação oral, a escrita, corporal e outras.

Na comunicação oral, a avaliação de ser feita por meio da observação quanto à capacidade de ouvir com atenção o que os outros falam, se o/a estudante sabe transmitir, oralmente recados e avisos, se usa bem a língua falada, escolhendo o vocabulário de acordo com o contexto, se fala sem gaguejar, se a fala é inteligível, se respira pela boca, se repete o mesmo som, se grita ou chora, se se comunica por intermédio dos movimentos de cabeça. Expressão facial ou gestual, do olhar, se aponta o que quer, se utiliza estrutura complexa de frases, se usa recursos de comunicação alternativa, dentre outros.

Já na comunicação escrita, deve-se avaliar se o/a estudante escreve, lê e interpreta gêneros textuais diversos, se produz textos escritos para se comunicar, escolhendo o gênero e vocabulário de acordo com a sua necessidade e contexto social e se utiliza outras formas gráficas para se comunicar e quais são elas.

Além dessas observações relacionadas ao cognitivo, motor, afetivo e comunicacional, é necessário também, uma avaliação de acordo com cada área de conhecimento para analisar o desenvolvimento do/da estudante, depois dessas análises, o professor deve fazer um planejamento pedagógico para trabalhar todas as dificuldades do/da aprendiz.

Não se trata de fazer um planejamento para turma e outro para o/a estudante

público alvo da educação especial mas, sim, trabalhar com o/a estudante para que ele possa acompanhar seus pares, respeitando seu ritmo e suas possibilidades. Além disso, buscar estratégias para sanar as dificuldades variáveis de barreiras para o processo de aprendizagem.

Uma observação muito importante a se fazer é observar bem as potencialidades e as dificuldades do/da estudante, no lugar de considerar apenas as dificuldades deve-se levantar também as capacidades, aproveitando-as e utilizando-as para enxergar seu potencial e superar as limitações no aprendizado.

Depois disso, o professor constrói um cronograma para a correção de rumos, ou relatório bem detalhado pois, assim será possível acompanhar o avanço do/a estudante, esse documento será importante também quando o/a estudante mudar de nível, ano ou série, pois o próximo professor poderá continuar o trabalho iniciado anteriormente, favorecendo o desenvolvimento do/a aprendiz.

No relato acima descrevemos os elementos a serem avaliados na busca da compreensão do estágio do desenvolvimento estudantil bem como os procedimentos necessários para alavancar tal desenvolvimento.

Por conseguinte, voltamos à discussão sobre a *inclusão* a qual se tornou, nos últimos tempos, um dos assuntos mais polêmicos, pois há aqueles que concordam, os que discordam e também aqueles que não se interessam pelo assunto, ou ainda aqueles que criticam sem muito conhecimento sistematizado sobre o tema.

Mantoan (2003), discute os termos “Integração” e “Inclusão”. A autora confronta esses termos explicitando suas diferenças e contradições, evidenciando que comumente o que acontece nas escolas é a integração, e não inclusão.

Na visão de Borges; Sivieri-Pereira; Aquino (2012, p. 2) no discurso da integração, defende-se “[...] a ideia de que todos são iguais e devem ser tratados como iguais e com os mesmos direitos” (p.3). Propaga-se, também “a ideia de que cada indivíduo é único, aprende de maneira diferente e por isto é preciso ensinar com métodos e recursos diferentes, para atender às diferentes necessidades individuais” (p.3). Daí podemos ver que a discussão é polêmica e controversa.

A partir dessa ideia, a integração é entendida apenas como a inserção de educandos com deficiência nas escolas comuns; além disso, pode-se entender a integração como a designação de estudantes agrupados em escolas especiais, salas especiais ou grupos de lazer para deficiente. Pela integração escolar, o/a estudante tem acesso à escola por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai da inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais.

Isso quer dizer que nem todos os/as estudantes, considerados público alvo da educação especial, terão possibilidade de frequentar o ensino regular, todavia, será feito uma seleção prévia de quais estarão aptos à inserção, uma vez que a escola não se modificará como um todo, cabendo aos ingressantes se adaptarem ou mudarem para atender as exigências da escola comum e nela permanecer.

Quanto à inclusão vai além do discurso apenas de inserção dos/das estudantes

com deficiência, se trata de uma mudança radical completa e sistemática, ou seja, ela prevê a inserção de todos os/as estudantes na escola, independente de qualquer coisa, raça, crença ou deficiência. Um fator que é importante destacar é o de que quando se separa um grupo por rótulos, seja por qual motivo for, não se pratica a inclusão e, sim, a exclusão.

Mantoan (2003) explica que o objetivo da integração é inserir o/a estudante que já foi anteriormente excluído, já o da inclusão é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. Nesse prisma, a escola inclusiva propõe um modo de organização do sistema educacional que considere as necessidades de todos os/as estudantes, no qual a escola deve ser estruturada em função das necessidades de seus ingressantes.

A própria legislação apresenta contradições entre os conceitos em pauta. Isso já foi confirmado em pesquisa realizada por Borges, Sivieri-Pereira e Aquino (2012) onde denunciam que a própria LDB (1996) diz que na escola deve ter integração e inclusão, como se os termos e as práticas relacionadas a eles fossem iguais.

Portanto, a perspectiva da inclusão é a de que seja uma provocação ou um instrumento para melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os/as estudantes que fracassam em suas salas de aula. Por isso trazemos o PDI como um mediador ou um instrumento para a inclusão escolar. Quando começamos a falar sobre escola, muitas discussões se referem aos professores, aos/as estudantes, ao currículo, à qualidade de ensino, à gestão democrática, à inclusão, ao às burocracias, à desvalorização, à formação continuada, entre outras. Entretanto, apesar de muitas discussões realizadas, poucas vezes se chega a uma conclusão que traz uma perspectiva de melhora na qualidade de educação para todos e todas, ou seja, realmente inclusiva.

Dessa forma, a partir de um documento obrigatório e complexo como o PDI, *que para seu preenchimento exige um processo de avaliação pedagógica*, podemos vislumbrar um caminho para a resolução de um problema bastante recorrente na educação, que é a qualidade do ensino ou a efetivação do processo ensino aprendizagem, além de auxiliar no processo de inclusão. É preciso entender que o PDI não é apenas um documento burocrático para os/as estudantes do público alvo da educação especial. Sua importância reside no desvelamento do estágio de desenvolvimento do/da aprendiz, bem como da orientação para a intervenção pedagógica, visando o avanço na aprendizagem.

Nesse prisma, o PDI como o Plano de Desenvolvimento Individual do/da estudante, funciona como um levantamento ou diagnóstico das capacidades e dificuldades do/da estudante, para a partir daí, montar estratégias de intervenção na busca de utilizar os potenciais do/da estudante para melhor aprendizado e conseguir sanar as dificuldades, considerando os limites cognitivos, motores, emocionais e comunicacionais, trabalhando para melhor desenvolvimento, e também melhor aprendizagem e, conseqüentemente, a qualidade do ensino.

A partir de estudos sobre neurociência,

[...] saber não mais se refere à capacidade de se lembrar de informações ou repetir informações recebidas, mas como a capacidade de encontrar e usar as informações corretas em contextos diversos. A educação não pode mais se propor a suprir todo o conhecimento humano, mas deve preocupar-se em proporcionar meios ao aluno para o desenvolvimento de recursos intelectuais e de estratégias de aprendizagem capazes de ajudá-lo na aquisição de conhecimento que lhe permita pensar ativamente sobre as ciências. Assim entendido, a pessoa torna-se um aprendiz vitalício e independente. (OLIVEIRA,2011, s.d)

Por fim, entendemos que a educação não se resume na transmissão de conhecimento, mas precisa encontrar meios para que o/a estudante consiga ter autonomia e construa um aprendizado significativo.

Sacristan (2013) faz uma crítica às variadas discussões de como se deve ensinar, em vez de entender como o/a estudante aprende, que é preciso falar mais na qualidade de aprendizagem e ressalta que qualidade tem a ver com as maneiras de abordagem e aproveitamento de potencialidades dos conteúdos na direção que nos indicam as finalidades educacionais.

Conforme vamos avançando em nossas observações, refletimos sobre os debates e justificativas de uma sociedade justa e igualitária. Nesse quesito, há ainda muito que avançarmos para que possamos perceber a educação inclusiva como uma possibilidade, em uma sociedade que discrimina, exclui e não respeita as diferenças. Vale destacar como o cenário político atual é caótico e não legitima a educação como um direito humanizado e passível de investimentos que garantam a qualidade no atendimento. São muitas as contradições na sociedade capitalista marcadamente desigual e excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, podemos dizer que é preciso entender como cada estudante aprende para depois fazer um planejamento para que se possa alcançar o avanço desejado no desenvolvimento. Assim, esse é o papel específico do PDI, mas não apenas para os/as estudantes considerados/as público alvo da educação especial mas, para todos/as os/as estudantes.

Se o professor tem o diagnóstico da individualidade de seus/suas estudantes, - conhecendo suas potencialidades e limitações - possivelmente terá mais informações para indicar estratégias efetivas, podendo utilizá-las para alavancar o seu desenvolvimento.

Ademais, a discussão sobre integração e inclusão escolar, esclarece que inclusão deve ser para todos/as os/as estudantes, sem exceção, pois acreditamos que se o professor conhece as potencialidades e dificuldades dos/das estudantes e trabalha com esses diferentes aspectos, vai se aproximar mais do paradigma da inclusão, maximizando os potenciais no lugar das dificuldades.

Vislumbrar uma educação de qualidade é o que os professores e especialistas da educação fazem ao efetivarem estudos e debates sobre os problemas enfrentados na escola. Os encontros de estudo abrem caminhos, possibilidades e esperança para a perspectiva de uma escola mais inclusiva, mesmo numa sociedade tão desigual.

Por intermédio do estudo e da aplicação do PDI entendemos a importância e o sentido de realizá-lo, e que o mesmo não deve ser tratado como mera burocracia. Assim, faz-se pertinente, esclarecer aos/as educadores/as - professores e especialistas – qual é a importância do PDI e qual a sua contribuição para a melhoria da qualidade de ensino para todos/as. Portanto, o PDI é um instrumento mediador ao avanço da inclusão.

REFERÊNCIAS

BORGES, SIVIERI-PEREIRA, AQUINO. Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente. In: Revista Iberoamericana de Educación. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/16417947-Inclusao-versus-integracao-a-problematica-das-politicas-e-da-formacao-docente.html>> Acesso em 25 fev. 2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. Cap. 01 (páginas 13 a 26)

MINAS GERAIS.SEE.Atendimento Educacional Especializado - PDI - SEE - MINAS GERAIS.docx . Disponível em:<<https://pt.scribd.com/document/233136582/Atendimento-Educacional-Especializado-PDI-SEE-MINAS-GERAIS-docx>>Acesso em 20 mar 2019.

MINAS GERAIS.SEE.Atendimento Educacional Especializado - PDI - SEE - MINAS GERAIS.docx . Disponível em:<<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/orientacao.pdf>> Acesso em 20 mar 2019.

OLIVEIRA, Gilberto Gonçalves. **Neurociências e os processos educativos**: um saber necessário na formação de professores.Uberaba, 2011.

SACRISTAN, G. O currículo em ação: os resultados como legitimação do currículo. In: _ (org) **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre, Penso, 2013, p. 262-280.

POKER, Rosimar Bortolini, [et al.]. UNESP. Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília : Oficina Universitária, 2013.

SOBRE A ORGANIZADORA

GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-479-5

